

5.

O Pensamento Internacional de Oliveira Lima

Vanguarda e Globalismo

Manoel de Oliveira Lima, doravante, Oliveira Lima, foi escritor, historiador, diplomata e o principal crítico da gestão Rio Branco no Itamaraty. Figura eminente de seu tempo, cairia no esquecimento das gerações vindouras. Ainda em vida, seria classificado pela imprensa nacional como “a figura mais notável da nossa política externa”²³⁴; “[...] político e diplomata de uma outra estofa, homem de letras eminente, sociólogo e historiador fulgente, com serviços sem conta à sua pátria, numa larga messe de trabalhos, valiosos pelo considerável número e pela força de erudição e ideologia”²³⁵; “figura expressiva da ‘diplomacia da inteligência’”²³⁶; e, “embaixador da intelectualidade brasileira”²³⁷.

No exterior, receberia os títulos de “*Ein Mann*”²³⁸ e “embaixador cultural do Brasil”²³⁹. Em Lisboa, fundaria, sob os cuidados de Teófilo Braga, uma cadeira de estudos brasileiros na Faculdade de Letras. Em Washington, instalaria sua monumental biblioteca de mais de 40 mil obras, ansiando por sua conservação e pela promoção de mais um espaço de estudos brasileiros no exterior. Embora não fosse formado em Direito, assumiria a cátedra de Direito Internacional da Universidade Católica da América, função que exerceria até a sua morte nessa cidade.

Ademais, uma série de conferências sobre a história e a cultura brasileiras seriam proferidas em algumas das mais prestigiadas universidades e centros de pesquisa mundial, tais como Stanford, Harvard, Columbia, Yale, Cornell, Liège, Sorbonne, *Société Royale Belge de Géographie*. Dedicaria parte considerável de sua vida à produção de obras sobre a nacionalidade, a política e a história do país.

²³⁴ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, edição de 10 de dezembro de 1912.

²³⁵ Idem.

²³⁶ GOUVEA, op. cit., p. 9, v. 1.

²³⁷ Olavo Bilac falaria em “o embaixador de nossa inteligência no estrangeiro”. In: FORSTER, op. cit., p. 125.

²³⁸ Diz Oliveira Lima sobre o elogio: “O diretor da Universidade de Hamburgo ao receber-me publicamente em 1923, observou no seu discurso que eu havia sido ‘*Ein Mann*’. Nunca ouvi, nem nunca aspirei a melhor elogio”. In GOUVEA, op. cit., p. 9-10.

²³⁹ Saudação a ele atribuída pelo poeta sueco Goran Bjorkman. In: GOUVEA, op. cit., p. 9, v. 1.

Não à toa, foi um incansável promotor de uma espécie de diplomacia cultural *avant la lettre*, como nota Gilberto Freyre e Maria Theresa Forster.²⁴⁰

Nas Letras, escreveria clássicos da história e da sociologia nacionais. Foi o autor de *D. João VI no Brasil*, considerado, ao lado de *Um Estadista no Império*, a maior obra da historiografia política do país.²⁴¹ Seria ainda o autor de obras de repercussão, como *Pernambuco: Seu Desenvolvimento Histórico*, *História Diplomática do Brasil*, *Pan-Americanismo*, *Cousas Diplomáticas*, *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne*, *No Japão: Impressões da Terra e da Gente*, *Na Argentina: Impressões*. Na imprensa, seria ativo contribuidor d'O *Estado de São Paulo* por duas décadas.

Enquanto diplomata, opôs-se ao monroísmo da diplomacia brasileira na Primeira República, mormente daquela defendida por Joaquim Nabuco. Antes amigos próximos, viriam a se afastar em decorrência de posicionamentos contraditórios na política internacional. Em última carta enviada a Nabuco, Oliveira Lima manifestaria o que pensava ser a opinião pública com respeito ao americanismo defendido por aquele autor.

[D]ir-lhe-iam que a sua política de excessivo americanismo não é bem vista da opinião brasileira nem da opinião latino-americana em geral, nem, segundo estou informado, do nosso próprio governo, e que o Senhor tem sido mais censurado do que deve.²⁴²

Além da defesa em torno da promoção da diplomacia cultural e da oposição ao americanismo luzia de Nabuco, seria o principal arauto de uma reforma administrativa sistemática nos quadros do Itamaraty e do estreitamento dos laços com a Argentina em tempos de desconfiança mútua. Apoiaria a doutrina Drago publicamente, mesmo conhecendo o posicionamento oficial em contrário do governo brasileiro. Seria ainda um grande crítico da política do *big stick* de Theodore Roosevelt.

²⁴⁰ FREYRE, op. cit. 1968.

²⁴¹ Para Freyre, *D. João VI* foi inclusive mais importante do que *Um Estadista no Império*. Mota acrescenta: “Com efeito, o viajado Oliveira Lima, dominando um leque formidável de informações e aberto a variadas correntes de pensamento, atualizou-se na medida de seu tempo o suficiente para escrever sua obra maior de historiador-sociólogo, a melhor biografia de um governante até hoje produzida entre nós, a de D. João VI.” Ver Mota, op. cit., p. 245.

²⁴² OLIVEIRA LIMA, 1906 in GOUVEA, op. cit., p. 254. Última Carta enviada a Nabuco, Caracas, 18 de março de 1906.

Deixaria a carreira diplomática em 1913, após inúmeros desgastes com o governo. Inicialmente defensor da República em seus anos iniciais, posteriormente se tornaria um de seus maiores críticos. Em carta a Nabuco diria: “Fui nomeado, declarou o Quintino que me nomeou, por pequenos serviços prestados à República, defendendo-a nos seus começos.”²⁴³ Sobretudo a partir dos anos 1900, se deixaria seduzir cada vez mais pela possibilidade de restauração dos Braganças, o que lhe renderia inúmeras animosidades com o círculo do poder.

Se tornaria próximo de D. Luiz, filho da princesa Isabel e herdeiro ao trono. “D. Luiz é um admirável tipo de príncipe moderno, capaz de assumir a direção de um grande povo, por mais exigente que ele seja nos seus sentimentos liberais. Conheço-muito”, diria em entrevista ao retornar ao Brasil em 1912. Viria na restauração monárquica – uma monarquia federalista - o melhor arranjo institucional na promoção do “aperfeiçoamento do povo” e na busca pelo “socialismo”, este último também conhecido como “socialismo de cátedra”.²⁴⁴

Criticaria a divisão administração do serviço diplomático e proporia a fusão das três carreiras existentes, ideia vanguardista para a época.

“A carreira diplomática”, escrevia ele, “encontra-se... minada por um mal de que piorou com a mudança de regime e que é mister livrá-la: é uma carreira privilegiada, como tal suscitando invejas e antipatias. Aos seus lados vegetam duas desprotegidas, a carreira consular e a hierarquia da Secretaria [de Estado], a primeira sem miragens de grandeza, a segunda sem a realidade sequer da fortuna. (...) Enquanto as três carreiras se não fundirem, enquanto subsistir a atual separação, provocadora de ciúmes e destruidora da eficiência do serviço, teremos uma situação falsa e daninha.”²⁴⁵

Outrossim, defenderia a utilização da política exterior como ferramenta comercial, indispensável ao progresso econômico do país. Seriam as relações econômicas as que deveriam nortear a condução diplomática brasileira nos novos tempos. Ao seu ver, o diplomata ideal aos interesses brasileiros seria aquele que

[...] souber redigir uma nota num francês sem asneira, formular uma informação concisa e luminosa à consulta urgente de um ministro de Estado e explorar o

²⁴³ OLIVEIRA LIMA, 1906 in GOUVEA, op. cit., vol. 2, p. 254.

²⁴⁴ GOUVEA, op. cit., vol. 2, p. 264-265.

²⁴⁵ OLIVEIRA LIMA *apud* ALMEIDA, Paulo Roberto de. Oliveira Lima e a diplomacia brasileira no início da República: um intelectual com idéias fora do lugar ou com propostas fora de época? In Remate de Males, Campinas, Unicamp, IEL, número 24, 2004, p. 12.

mercado mais promissor e mais vantajoso para os nossos gêneros de exportação”.²⁴⁶

Enquanto diplomata, fora um vanguardista. Trouxe à tona, no nascer dos novecentos, temas que seriam caros ao Itamaraty ao longo do século XX: a necessária pragmatização da diplomacia, bem como uma ampla reforma de seus quadros; um novo modelo de relacionamento com a Argentina, mais sincero e próximo; a utilização da cultura enquanto mecanismo de promoção do país no exterior; o papel do comércio e da política externa econômica brasileira.

Espírito independente, se opôs abertamente ao seu superior, ninguém menos do que o barão do Rio Branco, figura respeitada e popular em seu tempo. Fora sempre “nome cogitado” a ocupar os grandes cargos da diplomacia, como observa Mota.²⁴⁷ Não poupou críticas a colegas e a membros do governo. Nem mesmo a República escaparia de suas críticas desveladas. Atuou como comentarista de política internacional em diversos jornais, não se poupando de ir na direção contrária do discurso oficial. Como nota Almeida,

Enquanto funcionário de uma categoria normalmente disciplinada, ele se permitia fazer críticas ao serviço exterior brasileiro e aos seus próprios colegas (em privado), demonstrando, em vários aspectos, uma total independência de espírito e forte motivação para a inovação. Suas atividades de “escrevinhador” público (historiográfico e jornalístico) não se deixavam deter pelo que se denomina de “conveniência diplomática”, uma vez que ele se permitia abordar questões sensíveis (como as relações com os Estados Unidos) com a mesma liberdade mental de um simples acadêmico.²⁴⁸

Ao seu pensamento internacional, poderíamos atribuir uma espécie de globalismo embrionário que encontraria na diplomacia da década de 1960 a consolidação enquanto paradigma. Foi, durante a maturidade, um entusiasta do panamericanismo de vertente latino-americanista, além de precursor de ideias que se tornariam centrais à diplomacia do brasileira do século XX, tais como a aproximação da Argentina, relações menos assimétricas com os Estados Unidos, o desenvolvimento das relações com a Ásia, o emprego sistemático da diplomacia comercial e a utilização da cultura como veículo de promoção diplomática.

²⁴⁶ Idem, p. 12.

²⁴⁷ MOTA, op. cit., p. 259.

²⁴⁸ ALMEIDA, op. cit., p. 1.

Uma peculiaridade cerca a trajetória política de Oliveira Lima. “Como diplomata brasileiro, Oliveira Lima era quase um ‘português’, no sentido em que ele tinha raízes, comportamentos e talvez até mesmo um ‘quadro mental’ quase que ‘lusitano’, sem falar de algumas de suas *gaucheries* numa carreira séria e circunspecta.”²⁴⁹

No entanto, seria logo influenciado pela vasta cultura política imperial. Reconheceria a importância dos Braganças para a construção do Estado brasileiro em *D. João VI*²⁵⁰ e em artigos escritos enquanto conferencista nos Estados Unidos e Europa. Aprenderia a admirar a importância da figura de Dom Pedro II. Não por acaso, se tornaria próximo a D. Luiz e inclinado aos ideias de restauração monárquica.

O próprio Oliveira Lima seria categórico ao definir seus laços com o Brasil:

O meu meio de família era estritamente brasileiro. Brasileiro o sentimento: minhas duas irmãs casadas com pernambucanos: Araujo Beltrão, que deixara a carreira política em que se salientara em 1869 como abolicionista *avant la lettre*, pela diplomática em que evidenciou o seu patriotismo, e Adolpho Accioly Wanderley, senhor d’engenho, formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, amigo de ler e de viajar – e meu pai sempre pronto a rebater qualquer afirmação em desabono do Brasil. Brasileira a comida, temperada ao sabor nacional, sustentado pelas constantes remessas de farinha e goma de mandioca, de doces, de queijos do sertão, de pimentas de cheiro e malagueta, avivando o patriotismo, cujo último traço a desaparecer, na opinião de Eduardo Prado, era o gosto pela cozinha do país natal. Brasileira até a criadagem, composta em boa parte de crias da casa.²⁵¹

Nascido em Recife em 1867 – 22 anos mais novo que Rio Branco e 18 mais novo que Nabuco -, seria criado desde os seis anos de idade em Lisboa, fora da tradição aristocrática das elites brasileiras. Tradicionalmente, a educação da elite política passava pelos estudos na Escola Pedro II e posteriormente nas Faculdades de Direito de São e Recife. Uma minoria frequentaria o curso de Engenharia da Escola Militar. Oliveira Lima, por outro lado, se formaria aos cuidados dos padres Lazaristas e, em seguida, cursaria o Curso Superior em Letras, ambos na cidade de Lisboa.²⁵²

²⁴⁹ Idem, p. 1.

²⁵⁰ D. João VI no Brasil 1808-1821. Rio de Janeiro: 1908; 4a ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006

²⁵¹ OLIVEIRA LIMA, 1986, p. 11 *apud* MOTA, op. cit.

²⁵² GOUVEA, op. cit., v.1.

Com a morte do pai, em 1890, decide retornar à terra natal. À propósito, se manteria durante os anos de formação em Portugal em constante contato com a pátria natal. Filho de mãe brasileira e pai português, seriam constantes os encontros com personalidades brasileiras em viagem à Europa, quase sempre por intermédio de cunhado, Araújo Beltrão, Ministro em Lisboa. Embora tenha tido parte de sua formação em Portugal, o autor afirma que crescera “numa exaltação íntima pelo Brasil”.²⁵³

Já no mesmo ano é aceito na carreira diplomática após ser apresentado a Quintino Bocaiuva, então Ministro das Relações Exteriores. Se tornaria próximo ainda de Visconde de Cabo Frio, Secretário Geral do Ministério por décadas e desafeto de Rio Branco. Rapidamente seria promovido até Encarregado de Negócios. Com a assunção de Rio Branco ao posto de Ministro das Relações Exteriores, sua carreira já não mais seguiria o ritmo de outrora.

Outro fato atípico cercaria a carreira diplomática de Oliveira Lima. Foi o único diplomata do alto escalão dos quadros do Itamaraty a servir na Ásia, Europa, América do Sul e América do Norte. Primeiro, serviria em Lisboa, entre 1890-1892; seguido de Berlim entre 1892-95, Washington entre 1896-1900, Londres entre 1900-19001, Tóquio entre 1901-1903, Rio de Janeiro entre 1903-1904, Caracas entre 1905-1906 e, por fim, Bruxelas e Estocolmo, 1908-1912.²⁵⁴

Certamente, as percepções apreendidas em todos estes postos serviram para lhe mostrar a importância de uma atuação verdadeiramente autônoma e global por parte do Brasil, assim como da imprescindível diplomacia comercial enquanto instrumento promotor do desenvolvimento nacional. Seu faro globalista seria complementado por um espírito independente e pragmático enquanto pensador da política externa brasileira.

Seu pensamento político traz fortes influências da tradição luzia de ver o mundo. Durante o Segundo Reinado, sua família esteve intimamente compromissada com o Partido Liberal pernambucano. Abolicionistas, defenderiam a descentralização administrativa e a implantação de uma genuína monarquia federativa. Na maturidade, seria São Paulo o exemplo de organização político-administrativa a ser seguida pelo país. Nas relações internacionais, inicialmente Oliveira Lima seria um dos grandes defensores da aproximação com

²⁵³ GOUVEA, op. cit., p. 50.

²⁵⁴ GOUVEA, op. cit, volumes 1 e 2.

os Estados Unidos, o que logo se eclipsaria com a chegada de Theodore Roosevelt ao poder. No entanto, seguiria admirando as liberdades individuais e o modo de vida dos norte-americanos, país que escolheria para viver seus últimos anos. A Argentina seria o outro bom exemplo de espírito liberal no continente a ser observado, além do parceiro indispensável nas relações internacionais do país.

O binômio Direito – Liberdade encontraria primazia em seu pensamento. Internamente, seria tarefa primordial do Estado a garantia das liberdades individuais. Ele deveria estar acima das lutas de classes, propiciar a evolução da sociedade e garantir a prevalência das relações comerciais. No plano externo, a preponderância seria do comércio, do multilateralismo, da conciliação, do pacifismo, do direito internacional.

O comércio e o pragmatismo econômico adquiririam em seu pensamento guarida privilegiada. Era imperativo expandir os interesses comerciais do país mundo afora, assim como lançar mão de mecanismos conciliatórios no trato com os vizinhos. Temas caros à diplomacia saquarema, como a intangibilidade do território e a política acima das relações econômicas, não tiveram grandes atenções. Sua preocupação esteve voltada, como já dito, para as questões do comércio, do multilateralismo e do respeito ao direito internacional.

Chegaria mesmo a condenar o “imperialismo” da política externa brasileira no trato das questões de fronteira e defenderia abertamente a aproximação com os vizinhos. Quando da Primeira Guerra Mundial, expressou-se contrário ao alinhamento a qualquer um dos polos. Valores que se tornariam tradição na política exterior brasileira do século XX, como a não-intervenção, o pacifismo e o princípio da autodeterminação encontrariam eco no pensamento internacional de Oliveira Lima.

5.1

Primeira Imagem: A Ontologia do Sistema Internacional

Como via Oliveira Lima o mundo?

Em linhas gerais, poder-se-ia argumentar que ao longo da década de 1890, os Estados Unidos seriam a potência incontestada do continente e o exemplo de nação a ser seguida. “Ele confessava, talvez com pouco senso crítico, que

pretendia ver o Brasil seguir o exemplo do ‘grande país americano... no ingente progresso material, (...) no seu discernimento dos males da demagogia, na tolerância, na paixão pelo estudo, na energia individual, na vontade perseverante de atingir a perfeição”, nota Almeida.²⁵⁵

Via uma Europa regida pelo equilíbrio de poder e uma América com uma inquestionável superioridade norte-americana. “Não existe na América o que na Europa é tradicional sob o nome de equilíbrio, e que traduz a correlação de forças existente entre três ou quatro das suas principais divisões, como resultado dos conflitos pelo predomínio”, diria na obra *Nos Estados Unidos, Impressões políticas e sociais* (1899).²⁵⁶

A geopolítica continental teria os Estados Unidos como o grande ator das Américas. Diferentemente da tradição saquarema que tendia a valorizar as proporções continentais do país e o passado ordeiro e civilizado dos anos imperiais em detrimento aos vizinhos, o Brasil era “*a vast, feeble and torpid body*”²⁵⁷. Estávamos no mesmo patamar das principais repúblicas vizinhas, quando não pior. A Argentina uma promissora nação liberal, haja visto o forte crescimento econômico verificado nos últimos anos do século XIX. O Chile, um Estado “cheio de vitalidade”. O restante do continente, “uma dúzia de estilhaços dos vice-reinados espanhóis”.²⁵⁸

Na América, depois de apagado o rastilho emancipador, tivemos o espetáculo de uma única nação organizada, os Estados Unidos; um grande corpo amorfo, *a vast, feeble and torpid body* [ele cita, aqui, E. J. Payne, *European Colonies*], o Brasil; uma dúzia de estilhaços dos vice-reinados espanhóis, cuja história é monotonamente agitada, e nos quais generais, padres, aventureiros e mestiços dançavam uma sarabanda doida e sangrenta em redor do altar do bezerro de ouro coberto com o barrete frígido da Liberdade. A situação tem-se certamente modificado. Neste fim de século encontramos um Chile cheio de vitalidade e uma Nação Argentina rica de futuro: nenhuma República latino-americana pode, contudo, mesmo imperfeitamente ombrear com os Estados Unidos na colonização integrada, desenvolvimento industrial, adiantamento intelectual, não meramente literário, vigor, opulência esplendor. A preponderância, pois da nação norte-americana no continente é mais do que uma intenção manifesta, é uma condição necessária, um resultado fatal, a que não há de fugir.²⁵⁹

²⁵⁵ ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Império em Ascensão (por um de seus espectadores). Introdução ao livro de Manuel de Oliveira Lima: *Nos Estados Unidos, Impressões políticas e sociais*. Brasília: Senado Federal, 2009, p. 2.

²⁵⁶ OLIVEIRA LIMA, 2009 apud ALMEIDA, op. cit., p. 12

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Idem.

Inicialmente, o autor faz uma leitura positiva da doutrina Monroe. Em sua versão original enviada ao Congresso, em 1823, ela seria um mecanismo de defesa continental contra ameaças europeias e a reafirmação da preponderância norte-americana nas Américas. Aos países latino-americanos seria igualmente uma ferramenta indispensável de defesa contra eventuais ímpetus advindos do ultramar.

Tenderá a ser complacente com a política expansionista norte-americana em nome da promoção da civilização e será, nesses anos, adepto de teorias pseudocientíficas tão em voga em seu tempo. Esta postura que hoje seria classificada de “politicamente incorreta”, foi cedendo lugar a leituras menos sociológicas da sociedade e mais políticas em sua obra, já a partir da década seguinte, momento em que entrará em contato com as teorias científicas de Franz Boas.²⁶⁰

As afirmações de Oliveira Lima de apoio implícito à projeção imperial dos EUA, sua complacência com o colonialismo ocidental na Ásia, na África e em partes do próprio hemisfério americano e mesmo as frases de indisfarçável tolerância para com o racismo são o “imposto” a pagar pelo fato de terem sido feitas numa época em que tais manifestações do pensamento não apareciam como especialmente chocantes, e sim como expressões quase “normais” da mentalidade de seu tempo. A ideologia dominante na época se caracterizava pelo evolucionismo à la Herbert Spencer, pelo darwinismo social – que, obviamente, distorcia completamente o sentido original da teoria da seleção natural, convertida em “sobrevivência dos mais fortes” –, pela idéia de que as civilizações mais avançadas tinham de imprimir a marca do “progresso” naquelas que ainda não tinham conseguido chegar à era industrial. Doutrinas, enfim, que afirmavam a superioridade natural da raça branca sobre os povos primitivos e as sociedades atrasadas. Os povos anglo-saxões tinham o dever moral de contribuir para a elevação espiritual dos países periféricos, trazendo-os para o coração da civilização industrial.²⁶¹

Para Almeida, Oliveira Lima “poderia, legitimamente, ser considerado como o primeiro, ou mesmo como “o” *founding father* dos americanistas brasileiros, não fosse pela precedência histórica do chamado “pai da imprensa brasileira”, Hipólito José da Costa.²⁶² Em verdade, foi um entusiasmado defensor da aproximação com os Estados Unidos, posicionamento que lembrará o Nabuco da maturidade.

²⁶⁰ GOUVEA, op. cit., p. 215.

²⁶¹ ALMEIDA, op. cit., p. 1

²⁶² Idem, p. 3.

No entanto, a percepção positiva que teria da política externa americana sofrerá sensível alteração com a chegada de Roosevelt ao poder. A visão de mundo que na década de 1890 foi a de um verdadeiro americanista, será, na década posterior, a de um americanista crítico, tendente a ver a Argentina como um parceiro indispensável à inserção internacional brasileira. Vislumbraria, nos seus anos de maturidade, um relacionamento mais próximo entre os países latino-americanos como essencial à inserção internacional brasileira.

Após conhecer o Oriente e a América Latina, outras realidades políticas e culturais seriam apreendidas. Na sua passagem pela Ásia, tomará ciência das poderosas assimétricas relações comerciais com o Ocidente. Na Venezuela, acompanhará os acontecimentos de 1902-1903, momento em que potências europeias impõe um bloqueio naval ao país e os Estados Unidos se recusam a intervir ao lado de Caracas em nome da doutrina Monroe. A partir de então, apoiará a doutrina Drago e se tornará um ávido crítico do Corolário Roosevelt e das relações assimétricas entre Estados Unidos e América Latina.

Em *Pan-Americanismo* (1906), obra em que esposará seu panamericanismo crítico, trará logo na epígrafe da obra, o sumário de suas percepções.

Pernambuco illudia-se, quando na combinação dos seus planos contava com o apoio decisivo daqueles Governos, que professavam maximas liberaes, principalmente o dos Estados Unidos da America do Norte. O espírito desta nação he mercantil; os mercantes são avaros; o se o Governo he tanto livre, quanto prudente; cordialmente saudará os opprimidos, que esmagão os oppressores: porque está certo que mais ganhará no commercio. Porém, durante a luta se esta não he disputada com igual valor da parte dos opprimidos, seguirá o trilho das outras nações; o temor do compromettimento tornará surdo, e nem auxílio algum offerecerá diretamente tendo muito menos liberdade do que os Monarchas absolutos na applicação dos dinheiros públicos. (*Historia da Revolução de Pernambuco em 1817 pelo doutor Francisco Muniz Tavares*).²⁶³

Curiosamente, o pensamento internacional de Nabuco nos anos 1890 foi marcado por um tipo de americanismo crítico, temeroso da expansão territorial norte-americana e deveras desconfiado da generosidade da doutrina Monroe. Com o tempo, esta postura seria gradativamente flexibilizada e os Estados Unidos se tornariam o grande eixo de nossa política exterior. Exatamente o inverso teria

²⁶³ OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Pan-Americanismo* (Monroe, Bolivar, Roosevelt). Rio de Janeiro, Garnier, 1907. 3ed., Brasília. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 15.

lugar no pensamento internacional de Oliveira Lima. Inicialmente um entusiasta da aproximação com o norte, seria o principal opositor da política americanista levada a cabo por Rio Branco e Nabuco nos anos 1900.

O grande ponto de inflexão no pensamento internacional de Oliveira Lima foram os anos 1902-1904, quando da experiência em Caracas e momento da mensagem anual do presidente ao Congresso norte-americano. Nela, em 1904, Theodore Roosevelt manifestou a intenção em intervir nas repúblicas banhadas pelo Mar do Caribe sempre que necessário para defender direitos dos Estados Unidos ou para evitar intervenções europeias fruto de dívidas. Ao seu ver, o Corolário Roosevelt autoproclamava aos Estados Unidos a função de polícia continental.

A mensagem não foi bem recebida no continente. Chile e Argentina, na visão de Oliveira Lima, “fazem tacitamente comum na resistência contra aquela extensão (o Corolário à doutrina Monroe)”. O Brasil, igualmente, deveria se opor ao que seria a tentativa de “tutela – hegemonia soa quiçá melhor – exercida pelos Estados Unidos com relação às outras repúblicas continentais, com atribuições de julgar e castigar.”²⁶⁴ Era tempo de se aproximar dos vizinhos e formar uma coalizão que se impusesse aos ímpetus imperialistas do norte. Do contrário, o Brasil correria o risco de isolar-se internacionalmente, uma vez que Europa e Ásia também viviam em tempos da iminência imperialista.

Em *Pan-Americanismo (Monroe, Bolivar, Roosevelt)*, o discurso de Oliveira Lima se aproximará daquele defendido por Eduardo Prado em *A Ilusão Americana*. A doutrina Monroe em nada seria solidária para com a defesa dos países latino-americanos. Ela seria exercida sempre que os interesses americanos fossem mobilizados. “Até aqui, contudo, a doutrina de Monroe pouco ou nada tem protegido praticamente as repúblicas ibero-americanas de agressões europeias.”²⁶⁵

A visão de mundo do nosso protagonista se tornará cada vez mais simpática ao estreitamento das relações entre Brasil e as demais repúblicas ibero-americanas. Se na década de 1890 seu pensamento dava conta de uma eventual superioridade das raças anglo-saxãs, reconheceria na maturidade da década de 1900 a superioridade da cultura e da civilização latino-americana.²⁶⁶

²⁶⁴ Idem, p. 42.

²⁶⁵ Idem, p. 34.

²⁶⁶ FORSTER, op. cit., p. 115.

Para ser completo o pan-americanismo, mister seria que os Estados Unidos se associassem à América Latina, com a importância e influência, o prestígio, a superioridade a que lhe dá direito sua civilização - o contrário não seria humano - mas sem quaisquer pensamentos, manifestos ou reservados, de domínio direto, que melindram e tornam suspicaz o elemento mais fraco.²⁶⁷

Oliveira Lima ainda escreveria um livro de impressões das repúblicas latino-americanas, objetivando promover a aproximação entre esses países e o Brasil, além de empreender certa valorização da cultura hispânica em um momento em que ainda guardava-se desconfiança com relação aos vizinhos.

Em síntese, as *Impressões da América Espanhola* possuem o duplo sentido de contribuir para maior compreensão da especificidade histórico-cultural da América hispânica, como era o reiterado propósito de Oliveira Lima, e de promover, ao mesmo tempo, a valorização da cultura hispânica, cuja riqueza e singularidade julgava, sob certos aspectos, superior à cultura anglo-saxônica [...] Era coerente essa sua avaliação com sua visão [...] da necessidade de aprofundamento das relações do Brasil com seus vizinhos, a partilharem vínculos com a civilização ibérica que naturalmente os aproximavam mais do que à América Anglo-Saxônica e aos Estados Unidos.²⁶⁸

Oliveira Lima, talvez tenha sido o único diplomata de alto escalão brasileiro a ver o estreitamento de relações com a Argentina com bons olhos. Época de sérios desentendimentos entre Zeballos e Rio Branco e, inclusive, da existência de discursos que davam conta para a iminência de um conflito armado entre as duas nações, se esforçaria para o bom relacionamento entre os países. Se tornaria amigo de Zeballos e anos mais tarde escreveria artigos para a imprensa portenha e proferiria uma série de palestras na capital argentina. Essa postura lhe valeria críticas internamente e o aprofundamento da censura ao seu nome para voos mais altos na *carrière*.

Assim como a América era alvo da tentativa de hegemonias, o mesmo estaria acontecendo na Europa e na Ásia. Sobre os primeiros, defenderia “a manutenção das tradicionais relações com o mundo europeu”²⁶⁹. Sobre o Japão, defenderia a elevação da representação à categoria de legação em Tóquio e a ampliação das relações comerciais.²⁷⁰

²⁶⁷ OLIVEIRA LIMA, 1914, apud FORSTER, op. cit., p. 115.

²⁶⁸ FORSTER, op. cit., p. 119.

²⁶⁹ Idem, p. 115.

²⁷⁰ GOUVEA, op. cit., v. 1, p. 211.

Tais recomendações seriam coerentes com o potencial econômico e militar do crescente Império nipônico. Oliveira Lima em relatórios frequentes enviados ao Ministério das Relações Exteriores, mencionaria o robusto crescimento populacional japonês “à razão de 400.000 almas por ano, ‘o que me parece dever ser a maior proporção conhecida em nação civilizada.’”²⁷¹ Escrevia ao Brasil sugerindo rotas comerciais e formas de incrementar o comércio bilateral.

Via na região asiática, a oportunidade de ampliação das exportações nacionais. Por outro lado, como que antevendo os conflitos militares das décadas vindouras, chamaria a atenção para a possibilidade do choque entre dois imperialismos, o japonês e o americano. “A riqueza e o imperialismo caminham de mãos dadas, e de mãos dadas também precipitar-se-ão um dia no abismo, arrastando consigo a nação que içaram até o tope da montanha”²⁷², escreveria em artigo ao *O Estado de São Paulo*. Em outro artigo concluiria:

[..] O conflito entre brancos e amarelos, se tiver que ser liquidado pelas armas, se-lo-à algum dia no Pacífico entre os Estados Unidos e o Japão. A construção do canal do Panamá foi um ato de previsão americana, porque de outro modo o domínio do Pacífico caberia hoje exclusivamente ao Japão.²⁷³

Malatian ainda ressalta “uma inflexão na maneira de Oliveira Lima encarar a diplomacia” durante os anos na Legação do Brasil no Japão. Data deste período a sua maior preocupação com as questões comerciais da política exterior. Inicialmente temeroso pela ida ao Oriente, sua opinião sobre o país foi se modificando positivamente. A autora diz que Oliveira Lima “teve a oportunidade de presenciar – e a sensibilidade para percebê-lo – o aparecimento de uma nova potência mundial.”²⁷⁴

Via, pois, um mundo multipolar, cercado de tentativas hegemônicas. Na Europa, destacaria a existência do equilíbrio de poder. Nas Américas, a supremacia dos Estados Unidos e na Ásia o crescente Império nipônico. A atuação brasileira, por conseguinte, deveria ser a do estreitamento do relacionamento com a América Latina em vistas a pleitear relações menos assimétricas com os Estados Unidos. O Brasil deveria ainda manter relações

²⁷¹ Idem, v. 1, p. 212.

²⁷² OLIVEIRA LIMA, 1905 apud GOUVEA, op. cit., p. 240.

²⁷³ OLIVEIRA LIMA, 1921, apud GOUVEA, op. cit., p. 241.

²⁷⁴ MALATIAN, op. cit., p. 155-156.

pragmáticas com a Europa e com a Ásia. O país não deveria ficar restrito à atuação dependente dos Estados Unidos.

5.2

Segunda Imagem: A Construção do Estado Brasileiro

Como via Oliveira Lima a criação do Estado e da nacionalidade brasileiros?

Poder-se-ia dizer que em um vasto território amorfo e irregularmente povoado, Dom João VI seria o artífice central da criação do Estado. Estado e nação seriam parte de uma mesma narrativa, iniciada pela obra política do monarca.

Dom João VI veio criar e realmente fundou na América um império, pois merece bem assim ser classificado [...]. [Deu] foros de nacionalidade a uma imensa colônia amorfa, para que o filho, porém, lhe desfrutasse a obra. Ele próprio regressava menos rei do que chegara, porquanto sua autoridade era agora contrariada sem pejo. Deixava contudo o Brasil maior do que o encontrara.²⁷⁵

O amplo interesse pela chegada da família real ao Brasil em 1808 não é casual. Ela adquirirá no pensamento de Oliveira Lima o status de pedra fundadora da nacionalidade brasileira. Ele seria o primeiro biógrafo de Dom João VI. Até a publicação de *Dom João VI no Brasil - 1808-1821*²⁷⁶, a imagem do criador da nacionalidade brasileira era a do príncipe atrapalhado, cômico e inábil para os assuntos do Estado. Nesta obra, aclamada pelos críticos como a sua *mgnum opus*, a imagem do monarca é resgata como um homem de estado habilidoso, defensor dos interesses dos Braganças em tempos de grandes dificuldades. O nascimento da nação brasileira, como nota Mota, enfim, encontraria “assim uma paternidade de alto nível, insuspeitada”. Como nota Vila,

Especialista neste período (período joanino), Oliveira Lima conseguiu sintetizar brilhantemente a análise de conjuntura e os fatores de longa duração, sempre trabalhando com uma farta documentação histórica. Elogiou a habilidade de D. João VI – então príncipe regente – em ter optado por transferir a sede do reino português para o Rio de Janeiro, colocando o oceano “entre ele e o maior

²⁷⁵ OLIVEIRA LIMA, Manuel de. D. João VI no Brasil 1808-1821. Rio de Janeiro: 1908; 4a ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

²⁷⁶ Idem.

conquistadores”. Com isso, manteve intactos seus domínios coloniais, enquanto a Espanha acabou perdendo suas colônias na América. Assim, a “coroa de Afonso Henriques foi uma das raras com que Napoleão não pôde cingir fronte de protetor da Europa.”²⁷⁷

Da obra iniciada pela família real em 1808, uma aristocracia política foi se formando. Ao mesmo tempo, forjou-se uma vontade nacional, fruto de um evolucionismo político que atingiria a virilidade com a Independência, em 1822.

A interpretação da emergência da nova nação (o Brasil) e do reconhecimento de sua independência por Portugal e pelas nações europeias, elaborada pelo autor nessa obra, partiu do conceito de independência como ‘consagração da vontade nacional’, que teria resultado da ação de um príncipe, de estadistas, ‘homens cultos’, enfim, de um pequeno número de grandes personagens. Seria o momento em que a nação [...] teria adquirido ‘a consciência de haver atingido a sua virilidade’. A formação do Estado brasileiro se confunde com a nação, para adquirir plenitude com o reconhecimento da nova soberania e sua ‘admissão no areópago político do mundo civilizado da nova nação americana’.²⁷⁸

Além do amadurecimento de uma elite política nacional, a Independência teve na atuação determinada da Inglaterra uma de suas mais fortes apoiadoras. “O grande personagem-símbolo da obra é George Canning, em torno do qual Oliveira Lima construiu a narrativa das relações entre o representante dos interesses ingleses e o concerto das nações europeias aglutinadas pela Santa Aliança”, escreve Malatian.²⁷⁹ A intenção de Oliveira Lima era realçar a independência que o Brasil já dispunha de Portugal antes de 1822 e a dependência comercial que detinha da Inglaterra. Em certa medida, o peso explicativo das relações comerciais mais uma vez é verificado em seu pensamento.

A propósito, a economia continuaria sendo uma das principais variáveis explicativas em sua forma de ver o mundo. Diria em 1908, após tímidas reformas no Itamaraty: “O que resta é cuidar do problema econômico, o nosso problema vital, a solução do qual cabe em boa parte à diplomacia, transformando-se o mais possível as relações exteriores em relações comerciais.”²⁸⁰

Após a Independência, coube a Dom Pedro I a organização do Estado. Sobre o temperamento desta polêmica figura, Oliveira Lima a descreveria como

²⁷⁷ VILLA *in* posfácio de OLIVEIRA LIMA, Manuel de. Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira, Topbooks, 3.ed. São Paulo, 2000, p. 265.

²⁷⁸ MALATIAN, 2001, p. 147.

²⁷⁹ *Idem*, p. 147.

²⁸⁰ OLIVEIRA LIMA, 1908, p. 33 *apud* FORSTER, *op. cit.*

[...] feito de contradições. Nenhum temperamento era mais inclinado ao absolutismo que o desse soberano, que de seu pleno agrado implantara o regime constitucional em dois países – países que contribuira diretamente, pessoalmente e com entusiasmo, a desunir, e de que sonhava, com seus botões, a reunião, exultando um dia por sua abnegação cívica, sofrendo no dia seguinte por seu abatimento político.²⁸¹

Com a sua abdicação, o Brasil experimentaria um dos momentos mais conturbados da história nacional. Com a maioria de Pedro II, em 1840, novos tempos se abririam ao Império do Brasil. Período de estabilidade política e consolidação do Estado, Oliveira Lima veria no segundo imperador “o mais nobre dos homens e mais perfeito dos soberanos.”²⁸²

Na década de 1900, desgostoso com os rumos antiliberais tomados pela República e pelas restrições verificadas a seu nome nos corredores do poder, Oliveira Lima passaria a defender com mais publicidade a sua preferência teórica pelo regime monárquico. Não por um simples capricho aristocrático, mas como o melhor arranjo institucional que viabilizaria o alcance do aperfeiçoamento da nação e a melhoria nas condições de vida, metas últimas a serem alcançadas pela civilização. Como observa Mota, “o novo Brasil republicano admite uma série de descabros em nome de um novo tipo de autoritarismo, inclusive ideológico, que desagrada ao jovem liberal luso-brasileiro.”²⁸³

Este posicionamento lhe causaria sérios choques com influentes nomes da República, sobretudo com o poderoso senador Pinheiro Machado. Cotado para assumir a embaixada em Londres, veria seu nome ser rejeitado pelo Senado após envolver-se em uma série de malfadas entrevistas.

- Enganar-nos-emos, julgando-o... monarquista? (pergunta jornalista de Gazeta de Notícias)”

- E quem não o é, hoje no Brasil? Dos que sabem pensar, raros são ainda os que se mantêm no romantismo de uma preferência republicana. Podem ser sinceros mas estão equivocados. (resposta de Oliveira Lima)”²⁸⁴

Ao ser indagado sobre a viabilidade da restauração sob o nome de D. Luiz, diria: “D. Luiz é um admirável tipo de príncipe moderno, capaz de assumir a

²⁸¹ VILLA, op. cit., p. 266.

²⁸² OLIVEIRA LIMA *apud* VILLA, op. cit.

²⁸³ MOTA, op. cit., p. 254.

²⁸⁴ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, edição de 10 de dezembro de 1912.

direção de um grande povo, por mais exigente que ele seja nos seus sentimentos liberais. Conheço-muito.”²⁸⁵ Após ser repreendido pelos superiores, Pinheiro Machado lhe daria a possibilidade de se retratar.

A República de então vivia uma de suas maiores crises institucionais. Às vésperas da eleição presidencial, Hermes da Fonseca era o candidato das Forças Armadas, de Pinheiro Machado e de grandes oligarcas nacionais. A propósito, teria o apoio explícito de Rio Branco. Do outro lado, representando o movimento civilista, Rui Barbosa se opunha às pretensões do governo Hermes. Em entrevista proferida, ao *Imparcial*, Oliveira Lima diria que “o Civilismo é o meu credo político”. Criticaria a política externa brasileira e as suas pretensões hegemônicas. Sobre o seu suposto monarquismo, afirmaria:

Em princípio, não me preocupo com as ideias monárquicas, não sou, declaradamente, monarquista. O que afirmei, e repito, é que a forma de governo monárquico é superior à republicana, porque acaba com as agitações, tão reprováveis, ainda que explicáveis, das eternas, constantes e seguidas sucessões presidenciais.²⁸⁶

Na mesma entrevista se auto-classificaria de “socialista”, menção indicativa da influência ideológica do socialismo de cátedra alemão sobre o seu pensamento político. Em uma espécie de reformismo burguês, o Estado deveria estar acima das lutas de classes e apto a conciliar os mais variados interesses da sociedade sem que isso prejudicasse o *establishment* econômico liberal. Na mesma entrevista, diria que na Europa, “o partido republicano”, [...] “aos poucos e pouco, vai desaparecendo, para dar lugar os elementos socialistas, que não repugnam os tronos.”²⁸⁷

São Paulo era a personificação do exemplo liberal a ser seguido pelo país. Em *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, dedicaria o livro a dois símbolos do liberalismo brasileiro: “Ao Estado de São Paulo, o mais adiantado do Brasil, pátria dos Bandeirantes, berço de José Bonifácio e foco de civilização, ao qual me prendem os mais fortes laços intelectuais” e “Ao grande jornal *O Estado de São Paulo*, no qual tenho a honra e o prazer de colaborar desde sete anos, com

²⁸⁵ Idem.

²⁸⁶ O *Imparcial*, Seção “Últimas Notícias”, edição de 13 de dezembro de 1912.

²⁸⁷ Idem.

toda independência de espírito e onde todas as opiniões honestas, livremente emitidas e corajosamente defendidas, são acolhidas e respeitadas.”²⁸⁸

A propósito, Bonifácio é a figura constantemente reivindicada por Oliveira Lima como o fundador da história das relações diplomáticas brasileiras, uma valorização que, segundo Mota, deslocaria “para um plano secundário o papel de seu contemporâneo Rio Branco, personagem que já se enxergava com os olhos da posteridade”²⁸⁹.

São Paulo no Brasil, Argentina e Estados Unidos nas Américas eram o exemplo liberal a ser vislumbrado.

A educação foi o fator principal do desenvolvimento da Argentina e do Estado de São Paulo; significa a moralidade pública, traduz liberdade e, conseqüentemente, tolerância espiritual: envolve elevação de caráter; relaciona-se com a manutenção da ordem que é a primeira e mais urgente necessidade; é o mais poderoso agente do nivelamento; congrega ricos e pobres; fortes e fracos.²⁹⁰

Algumas semanas após a malfadada entrevista seu nome seria rejeitado pelo Senado para o posto de embaixador em Londres. Poucos meses após o incidente, ele se aposentaria da carreira diplomática. A sinceridade do pensamento de Oliveira Lima, entretanto, se manteria incontida durante toda a sua vida.

5.3

Terceira Imagem: O Brasil no Mundo

Qual o papel do Brasil no mundo no pensamento de Oliveira Lima?

Se tivéssemos que sintetizar o papel do Brasil no mundo, em seu pensamento, ele seria global, autônomo de qualquer potências e pragmático. Pertencente à América, próximo aos vizinhos, íntimo à Argentina. Pragmático comercialmente e promotor das liberdades individuais; pacifista e ativo internacionalmente.

²⁸⁸ OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *In* Prefácio de *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, Topbooks, 3ed. São Paulo, 2000.

²⁸⁹ MOTA, op. cit., p. 260.

²⁹⁰ O Imparcial, Seção “Últimas Notícias”, edição de 13 de dezembro de 1912.

Em tempos de desconfianças mútuas, Oliveira Lima pregou com entusiasmo a aproximação do grande rival brasileiro no século XIX. Foi voz quase única em um período histórico em que o interesse pela cultura e política latino-americana era mínima, quando não inexistente. Nas palavras de Whalen, “*He was the first Brazilian of any literary stature to interest himself in the Spanish-speaking countries of the New World, and he was declared friend of Argentina at a time when the relations between Brazil and Argentina were dangerously tense.*”²⁹¹

A propósito, na ocasião da publicação de *Na Argentina*, em espanhol, o embaixador brasileiro em Buenos Aires diria que “*Oliveira Lima visualizó las virtudes de la integración entre los dos países y las dos sociedades, uniéndose así al selecto grupo de líderes políticos e intelectuales argentinos y brasileños que componen al panteón del Mercosur.*”²⁹²

Criticaria, muitas vezes, é verdade, de forma inoportuna e deselegante, a política externa levada a cabo por Rio Branco. Confrontaria o americanismo luzia de Nabuco, o qual seria deveras idealista e pouco pragmático. Acusaria a diplomacia brasileira de atuar, às vezes, com intentos imperialista e unicamente centrada no continente americano. Em 1912, às vésperas da precoce aposentadoria, empreenderia um balanço da política externa brasileira.

Mas, apesar da nossa política, às vezes, imperialista, não cometemos grandes erros, melhor, não cometemos nenhum erro que nos possa fazer corar, perante a civilização e a história, quer na monarquia, quer na República, mesmo porque ainda não tivemos um período de política internacional francamente ativo.”²⁹³

Na contramão do pensamento de Nabuco, criticaria a ausência de uma maior atuação no cenário europeu. O Brasil não poderia prescindir do relacionamento com a Europa.

Na Europa não fazemos política. A nossa política gira, exclusivamente, em torno do continente americano. Devemos deixar de lado as pretensões de hegemonia, e pensarmos, tanto quanto possível, no pacifismo americano, na paz e concórdia universais.²⁹⁴

²⁹¹ WHALEN, 1968, p. 150, *apud* FORSTER, op. cit., p. 118.

²⁹² SEIXAS CORREA, 1998, p. 15 *apud* FORSTER, op. cit., p. 120.

²⁹³ O Imparcial, Seção “Últimas Notícias”, edição de 13 de dezembro de 1912.

²⁹⁴ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, edição de 10 de dezembro de 1912.

“Admirei sempre o papel do barão do Rio Branco, como demarcador das nossas fronteiras, mas, por isto mesmo, não pude deixar de censurá-lo pelo seus transviamentos na política externa.”, acusaria Oliveira Lima.²⁹⁵ Entre estes transviamentos, a ausência de maior cercania da Argentina. “Nunca, mas nunca mesmo, acreditei na sinceridade da sua cordialidade (Rio Branco) para com a Argentina.”²⁹⁶

O Brasil do século XX, ademais, deveria ser um país pan-americanista, mas na sua vertente latina, unida às demais repúblicas do continente na busca de um relacionamento menos assimétrico com os Estados Unidos. A este propósito, apoiaria a atuação independente de Rui Barbosa na Conferência de Haia de 1907 e a doutrina Drago. O respeito à soberania e à igualdade jurídica dos Estados seria marca indelével de seu pensamento internacional da maturidade. Como nota Forster,

Já com relação ao Pan-Americanismo, sua atitude fora de inconformidade (...) com a absoluta adesão brasileira à ideia política de uma solidariedade continental que lhe parecia exclusivamente não só ‘*made in USA*’ como ‘*for USA*’”. Declarou-se a favor do que chamou a “latinização do monroísmo”.²⁹⁷

Na América, o papel do pan-americanismo seria o de aproximar as nações do continente e de colaborar com o seu desenvolvimento. Não haveria espaço para relacionamentos assimétricos, hegemonia ou tentativa de dominação.

Havemos de evoluir e devemos de ter um pan-americanismo de responsabilidade e garantias mútuas. Esta foi a tese por mim sustentada, em uma entrevista que tive, com um dos redatores do “*Washington Post*”, e que mereceu a atenção de quase toda a imprensa “yankee”.²⁹⁸

Quando da Conferência Pan-Americana de 1906, Oliveira Lima seria enfático:

Não desejo que a Conferência naufrague, apenas preferindo que assim aconteça se ela tivesse que marcar uma vassalagem do Brasil à prática do atual presidente dos Estados Unidos. De resto a Conferência já está despedida da importância que deveria ter, basta ver a lista dos delegados dos Estados Unidos.²⁹⁹

²⁹⁵ O Imparcial, Seção “Últimas Notícias”, edição de 13 de dezembro de 1912.

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ FORSTER, op. cit., p. 112.

²⁹⁸ O Imparcial, Seção “Últimas Notícias”, edição de 13 de dezembro de 1912.

²⁹⁹ OLIVEIRA LIMA, 1906 in GOUVEA, op. cit., p. 254.

O papel independente que caberia ao Brasil no mundo seria aquele de amizade norte-americana - uma amizade que não implicasse em subalternação brasileira -, mas também o de reconhecimento de nossa matriz europeia. O relacionamento com o gigante do norte não poderia ser privilegiado em detrimento aos tradicionais parceiros europeus.

O que não desejaria era ver imolar ao Governo de Washington as nossas tradições européias de interesses comerciais e econômicos e de laços morais formados pela descendência e pela cultura; nem sobretudo ver o Brasil reduzido à condição passiva de satélite, imposta por uma dura necessidade política ou pela fatalidade geográfica. (...) Para o Sr. Barão do Rio Branco (tenho razões para supô-lo...), a amizade americana não deve significar a subalternação brasileira, isto é, a abdicação da nossa personalidade internacional mediante a supressão, em homenagem aos Estados Unidos, dos nossos juízos e preferências. Não desejo eu próprio coisa diversa e o que tenho escrito sobre o pan-americanismo somente pode ser levando à conta do receio de que alguns consigam arrastar demasiado longe, por fantasias oratórias e diplomacia imaginativa, uma entente que tem base sólida e prática sobre que assentar, mas que é em extremo desigual para lograr ser absoluta em todas as suas faces.³⁰⁰

“Pergunta-me em que se deve resumir o nosso ideal político e quais as nossas aspirações”, escreveria em 1912. “A resposta não é difícil: - em viver bem com todo mundo internacional: em cuidar da paz; em evitar a guerra; em sermos francos e leais; mais práticos e menos utopistas, menos ambiciosos e mais educados.”³⁰¹

Já fora da carreira diplomática, defenderia a neutralidade brasileira na Primeira Guerra Mundial, à semelhança do governo argentino. Tal posicionamento lhe custaria a amizade de longa data de Rui Barbosa e José Veríssimo, defensores da participação brasileira no conflito.

Na Ásia, reconhecera a emergência do Império japonês como a grande potência do Pacífico, ao lado dos Estados Unidos. Ao seu ver, a atuação brasileira não deveria ficar restrita apenas às Américas e a Europa. Seria o mais eminente defensor da elevação da representação brasileira em Tóquio à categoria de legação. Defenderia, ademais, uma ampla reforma administrativa no Itamaraty, com o objetivo de modernizá-lo, frente às constatações negativas da organização diplomática.

³⁰⁰ OLIVEIRA LIMA, 1906 in GOUVEA, op. cit., p. 254.

³⁰¹ Idem.

O Ministério deveria estar preparado para a promoção comercial do país, uma de suas principais tarefas, a seu ver. Além da fusão das três carreiras em apenas uma – uma ideia inovadora e avançada para a época -, acreditava ser necessário também a readequação das funções do diplomata dos novos tempos. Ele deveria refletir a face pragmática das relações comerciais, sendo dinâmico e hábil na exploração de novos mercados.

O Brasil no mundo deveria ser um país de atuação global, ativa e pragmática. A desconfiança mútua entre Brasil e Argentina deveria ser superada em prol de um relacionamento estreito e cordial. O pan-americanismo deveria supor direitos e obrigações em comum, sem a proeminência de relações assimétricas. Na Ásia, a emergência do Japão enquanto potência em crescimento, nos dava a oportunidade de atuar pragmaticamente. Com a Europa, os laços culturais e políticos deveriam ser mantidos. A diplomacia cultural deveria ser utilizada como ferramenta de aproximação, mas nunca de forma utópica. O pragmatismo deveria ser uma das marca da inserção internacional brasileira.

As ideias defendidas por Oliveira Lima sobre o posicionamento do Brasil no mundo em muito se assemelhavam ao que, nas décadas de 1950-1960, seria conhecido como globalismo. Lima identifica três ideias-base presentes paradigma globalista:

“la crítica nacionalista a la matriz americanista de la política exterior generada en el ámbito del Instituto Superior de Estudios Brasileños (ISEB); la visión de la Comisión Económica para América Latina (CEPAL) de las relaciones centro-periferia, en especial el pensamiento de Raúl Prebisch, que proporcionó las bases conceptuales para la construcción de un identidad económica de los países latino-americanos y su emergencia como actores colectivos en el plano internacional; y, finalmente, la tradición del pensamiento realista en las relaciones internacionales, en particular la concepción del sistema internacional como un ámbito anárquico, en el cual “la inexistencia de un sistema de justicia distributiva entre las naciones” hace prevalecer el principio de autoayuda en la conducta de los estados, confiriéndoles a éstos “el derecho, y tal vez el deber, de promover la defensa activa de sus intereses nacionales.”³⁰²

A primeira dessas ideias-base é a crítica da matriz americanista da política externa. As origens do americanismo, segundo a mesma autora, remontam à gestão Rio Branco à frente do Itamaraty. A proposta política do Barão não foi

³⁰² LIMA, op. cit., p. 35-36.

unanimidade em seu tempo. Da oposição, surgiriam figuras como Eduardo Prado e, sobretudo, Oliveira Lima, que apresentariam críticas ao americanismo saquarema de Rio Branco e ao americanismo luzia de Nabuco.

A oposição de Oliveira Lima ao americanismo pregava uma espécie de “pan-americanismo latinizado”, na tentativa de aproximar as nações latino-americanas e auxiliarem em seu desenvolvimento. Esse pan-americanismo latinizado acabaria por legitimar o pleito em conjunto por relações menos assimétricas com o gigante do norte. A tentativa da criação de uma identidade comum aos países latino-americanos talvez tenha tido nesse autor o seu primeiro defensor em terras brasileiras.

Por fim, o terceiro ponto alude à visão realista das relações internacionais, igualmente presente no pensamento internacional de Oliveira Lima. Um realismo de vertente grociana, onde diversas instituições contribuiriam para o relacionamento mútuo entre as nações. Forster e Almeida, anteriormente, já apontariam tal forma de ver o mundo no pensamento desse autor. A primeira falaria do “realismo crítico” de Oliveira Lima³⁰³. O segundo o caracterizaria como “realista” em diversas oportunidades.³⁰⁴ Em verdade, o pensamento de Oliveira Lima seria marcado por um profundo pragmatismo. Defenderia os princípios da soberania da igualdade jurídica dos Estados na maturidade e seria um dos maiores críticos ao que chamou de utopismo da política externa brasileira.

Foi, pois, o precursor do pensamento globalista brasileiro.

³⁰³ FORSTER, op. cit.

³⁰⁴ ALMEIDA, op. cit.